



SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

PADRÃO REMUNERATÓRIO 2021

CARGO/FUNÇÃO	SALÁRIO BASE
Prefeito	16.000,00
Vice-prefeito	8.000,00
Procurador Geral do Município	4.500,00
Secretários Municipais	4.500,00
Secretário Adjunto	3.000,00
Agente Comunitário de Saúde	1.550,00
Agente Comunitário de Endemias	1.550,00
Agente de Guarda Municipal	1.100,00
Agente Administrativo	1.100,00
Agente de Saúde	1.100,00
Assistente Social	2.280,00
Auxiliar de Serviço de Saúde	1.100,00
Auxiliar de Enfermagem	1.200,00
Auxiliar de Serviço de Informática	1.100,00
Auxiliar de Saúde Bucal	1.132,95
Auxiliar de Serviços Gerais	1.100,00
Bioquímico	2.500,00
Conselheiro Tutelar	2.200,00
Coordenador de Receitas e Despesas	4.500,00
Enfermeiro	2.500,00
Fiscal de Obras	1.100,00
Fiscal de Postura	1.100,00
Fiscal de Tributos	1.100,00
Fisioterapeuta	2.500,00
Motorista	1.300,00
Músico	1.100,00
Professor (quem ingressou só c/magistério)	1.446,00
Professor (quem ingressou graduado)	1.731,74
Técnico em Enfermagem	1.200,00
Técnico em Radiologia	2.200,00
Técnico em Edificações	1.100,00


*** Tabela composta dos valores fixados nas leis municipais anexas.**



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO II DA LEI Nº 0021/01
QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO

Nº Ordem	Descrição do Cargo	Quant.	Código	Remun.	Total
01	Prefeito Municipal	1	CCE-1	12.000,00	12.000,00
02	Vice-Prefeito	1	CCE-2	6.000,00	6.000,00
03	Chefe de Gabinete	1	CCE-3	3.000,00	3.000,00
04	Procurado Geral do Município	1	CCJ-1	3.000,00	3.000,00
05	Assessor Jurídico	1	CCJ-2	2.500,00	2.500,00
06	Assistente de Procurador	1	CCJ-3	1.000,00	1.000,00
07	Assessor Técnico	1	CCA-1	2.000,00	2.000,00
08	Secretários Municipais	8	CCA-2	2.000,00	16.000,00
09	Subsecretário	1	CCA-3	1.300,00	1.300,00
10	Tesoureiro	1	CCA-3	1.300,00	1.300,00
11	Coordenador de Recursos Humanos	1	CCA-3	1.300,00	1.300,00
12	Assessor Especial	3	CCA-3	1.300,00	3.900,00
13	Diretor Administrativo de Hospital	3	CCA-4	1.000,00	3.000,00
14	Secretaria Adjunto	8	CCA-5	800,00	6.400,00
15	Coordenador	21	CCA-5	800,00	16.800,00
16	Assistente de Coordenador	6	CCA-6	700,00	4.200,00
17	Assessor Júnior	3	CCA-7	600,00	1.800,00
18	Diretor de Divisão	8	CCA-8	500,00	4.000,00
19	Secretária de Gabinete	1	CCA-8	500,00	500,00
20	Assistente de Diretor de Divisão	4	CCA-9	400,00	1.600,00
21	Motorista de Gabinete	2	CCA-9	400,00	800,00
22	Chefe de Seção	8	CCA-10	350,00	2.800,00
23	Assistente de Chefe de Seção	15	CCA-11	250,00	3.750,00
24	Encarregado de Serviço	20	CCA-12	220,00	4.400,00
25	Diretor de Unidade Escolar III		CCA-09	450,00	
26	Diretor de Unidade Escolar II		CCA-10	350,00	
27	Diretor de Unidade Escolar I		CCA-11	250,00	
28	Secretária de Unidade Escolar II		CCA-10	350,00	
29	Secretária de Unidade Escolar I		CCA-11	250,00	
30	Coordenador de Pólo Educacional		CCA-10	350,00	
30	Inspetor Educacional		CCA-10	350,00	
31	Orientador Educacional		CCA-10	350,00	
32	Supervisor Educacional		CCA-10	350,00	


RAIMUNDO AVELAR SAMPAIO PEIXOTO
Prefeito Municipal

Publicado no "hall" de entrada do prédio da Prefeitura Municipal, de acordo com o artigo 12, inciso II alínea "I" da Lei Orgânica Municipal. Data supra.

Secretária de Gabinete

Rua Isaac Martins 297, Centro - Barra da Corda - MA, CEP. 65950 - 000 - Telefax (98) 643-2333
E-mail: pubcorda@efo.com.br



ESTADO DO MARANHÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA

Comissão de Constituição, Justiça, Orçamento, Finanças, Obras Públicas e Redação
Final.

PARECER N° 0009/2002.

PROJETOS DE LEI N° 0009/02, DE INICIATIVA DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

RELATOR: JOSÉ ITAMAR BATISTA PINHEIRO (Designado)

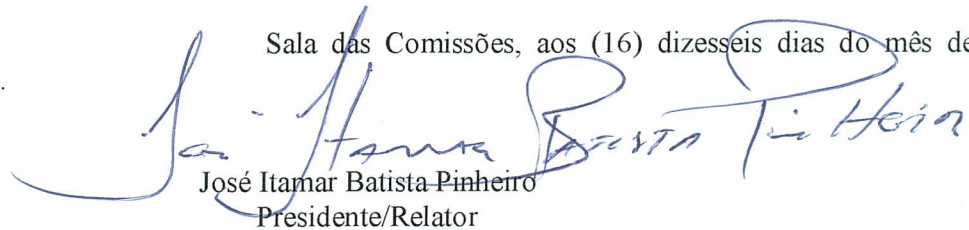
Suspensa à reunião plenária para emissão de parecer, na forma que dispõe o artigo 43 § 1º do Regimento Interno, me auto designei relator do projeto de lei nº 0009/02 de iniciativa Sr. Prefeito Municipal.

O projeto em análise é merecedor da nossa melhor atenção, pois se trata de solução de um problema social do nosso município.

Analisei o projeto e nada encontrei de inconstitucional, por esta razão recomendo a sua aprovação pelo plenário do Legislativo Municipal.

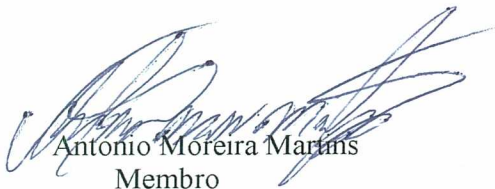
É o parecer.

Sala das Comissões, aos (16) dezesseis dias do mês de dezembro de 2.002.



José Itamar Batista Pinheiro
Presidente/Relator

Aprovamos o parecer do Senhor Relator, nos termos de sua redação. Data supra.



Antonio Moreira Martins
Membro



Maria Marta Sousa Batista
Membro



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA

MENSAGEM Nº 009/2002.

Em, 22 de novembro de 2002.

Senhor Presidente:

APROVADO

Inicialmente, queremos expressar nossos cumprimentos de respeitadas saudações a Vossa Excelência e aos ilustres Pares dessa Augusta Casa e, em seguida, encaminhar o anexo Projeto de Lei, para deliberação dessa Augusta Câmara Municipal, o qual trata de Alteração da Lei nº 21/01, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Prefeitura Municipal de Barra do Corda.

As alterações propostas são de grande importância para a adequação funcional das atividades do Município. Trata-se da criação de novos órgãos e seus respectivos cargos, que se impõem por forças circunstanciais advindas da nova configuração dada à Administração Pública Municipal, tanto por motivos das tendências modernas sobre a valorização de recursos humanos, como pela própria demanda quantitativa e qualitativa exigida pelo Serviço Público.

Encarecemos, Senhor Presidente, que a matéria seja tratada com a urgência necessária para que seus efeitos possibilitem ao Executivo Municipal desenvolver adequadamente e oportunamente a suas atividades institucionais com maior eficiência.

Diante do exposto e considerando a importância da matéria para o bom andamento das atividades do Município, encarecemos a apreciação e aprovação do mencionado Projeto de Lei, de acordo com as disposições da Lei Orgânica do Município.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência e a todos os nobres Vereadores que compõem a Augusta Câmara Municipal de Barra do Corda, os meus protestos de elevada consideração.


RAIMUNDO AVELAR SAMPAIO PEIXOTO
Prefeito Municipal


Câmara Municipal de B. do Corda
Vital Sampaio Peixoto
Presidente


Câmara Municipal de B. do Corda
Adonias Nunes Barbosa
Primeiro Secretário



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA

PROJETO DE LEI Nº 009/2002, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2002.

ALTERA A LEI Nº 021/2001, DE 21 DE SETEMBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA, Estado do Maranhão, faz saber que o **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL** aprovou e ele sanciona e manda que se publique e cumpra-se a seguinte Lei:

Art 1º - Ficam alteradas as seguintes disposições da Lei nº 21/2001, de 21 de setembro de 2001, que passam a vigorar com a redação dada a seguir:

Art. 19 - Inciso I – GABINETE DO PREFEITO

- a) - Chefia de Gabinete
- b) - Secretaria de Gabinete
- c) - Supervisão de Convênios e Terceirização

Vital Sampaio Peixoto
Câmara Municipal de B. do Corda
Vital Sampaio Peixoto
Presidente

Inciso IV - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

- a) - Secretaria Adjunta;
- b) - Coord. Geral de Recursos Humanos;
- c) - Coord. Geral de Patrimônio e Suprimentos;
- d) - Coord. Geral de Planej. e Desenvolvimento Integrado;
- e) - Coord. de Suporte à informática;
- f) - Coord. de Apoio Operacional e Serviços Gerais;
- g) - Coord. Municipal de Trânsito;
- h) - Coord. da Guarda Municipal.

Adonias Nunes Barbosa
Câmara Municipal de B. do Corda
Adonias Nunes Barbosa
Primeiro Secretário

Inciso VI - SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

- a) - Secretaria Adjunta;
- b) - Coord. de Execução, Controle Orçamentário, e de Convênios;
- c) - Coord. de Cadastro, Tributação e Fiscalização;
- d) - Coord. de Classificação e Escrituração de Receitas e Despesas;
- e) - Coord. de Cadastro Rural (ITR).

APROVADO
em 16-12-2002

Art. 20 - ... **ANEXO I**, ... terá sua formatação gráfica adaptada às alterações introduzidas por esta Lei.

A



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA

Art. 21 - ... ANEXO II, passará a vigorar com as alterações dadas na forma do aditivo apresentado por esta Lei.

Art. 2º O anexo II a que se refere o artigo 22 da lei 21/2001, fica substituído pelo anexo II apresentado por esta lei.

Art. 3º - Ficam convalidados todos os atos praticados com base na Lei ora alterada e ratificadas todas as disposições da lei 21/2001, não alterada pela presente Lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de setembro de 2002, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA, Estado do Maranhão, aos 22 dias de novembro de 2002.


RAIMUNDO AVELAR SAMPAIO PEIXOTO
Prefeito Municipal



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA

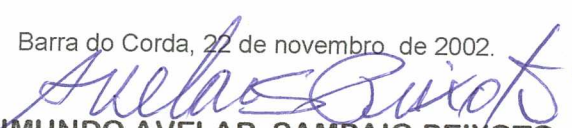
ANEXO II - ARTIGO 21 DA LEI MUNICIPAL Nº 21/2001, DE 21 DE SETEMBRO DE 2001, COM AS ALTERAÇÕES DADAS PELA LEI Nº /2002, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2002.

N. Ord	Descrição do Cargo	Quant.	Código	Remun.	Total
01	Prefeito Municipal	1	CCE-1	12.000,00	12.000,00
02	Vice-Prefeito	1	CCE-2	6.000,00	6.000,00
03	Chefe de Gabinete	1	CCE-3	3.000,00	3.000,00
04	Procurado Geral do Município	1	CCJ-1	3.000,00	3.000,00
05	Supervisor de Convênios e Terceirização	1	CCS-1	2.500,00	2.500,00
06	Assessor Jurídico	1	CCJ-2	2.500,00	2.500,00
07	Assessor da Procuradoria	1	CCJ-3	1.000,00	1.000,00
08	Assessor Técnico	1	CCA-1	2.000,00	2.000,00
09	Secretários Municipais	8	CCA-2	2.000,00	16.000,00
10	Subsecretário	1	CCA-3	1.300,00	1.300,00
11	Tesoureiro	1	CCA-3	1.300,00	1.300,00
12	Assessor Especial	5	CCA-3	1.300,00	7.500,00
13	Coordenador de Recursos Humanos	1	CCA-3	1.300,00	1.300,00
14	Coordenador Geral de Desenvolvimento	1	CCA-3	1.300,00	1.300,00
15	Diretor da Guarda Municipal	1	CCA-3	1.300,00	1.300,00
16	Coordenador Geral de Ensino	3	CCA-3	1.300,00	3.900,00
17	Assistente Social	1	CCT-2	1.000,00	1.000,00
18	Diretor Administrativo de Hospital	3	CCA-4	1.000,00	3.000,00
19	Coordenador de Programas de Saúde	3	CCA-4	1.000,00	3.000,00
20	Coordenador Especial de Ensino	3	CCA-4	1.000,00	3.000,00
21	Coordenador de Suporte à Informática	1	CCA-4	1.000,00	1.000,00
22	Secretario Adjunto	8	CCA-5	800,00	6.400,00
23	Coordenador	21	CCA-5	800,00	16.800,00
24	Assistente de Coordenador	6	CCA-6	700,00	4.200,00
25	Assessor Júnior	3	CCA-7	600,00	1.800,00
26	Diretor de Divisão	8	CCA-8	500,00	4.000,00
27	Secretária de Gabinete	1	CCA-8	500,00	500,00
28	Coordenador de Manutenção Técnica	3	CCA-8	500,00	1.500,00
29	Diretor de Almoxarifado	3	CCA-8	500,00	1.500,00
30	Diretor do Arquivo Geral	1	CCA-8	500,00	500,00
31	Assistente de Diretor de Divisão	4	CCA-9	400,00	1.600,00
32	Motorista de Gabinete	2	CCA-9	400,00	800,00
33	Assessor Administrativo	8	CCA-09	400,00	3.200,00
34	Chefe de Seção	8	CCA-10	350,00	2.800,00
35	Assistente de Chefe de Seção	15	CCA-11	250,00	3.750,00
36	Encarregado de Serviço	20	CCA-12	220,00	4.400,00
37	Diretor de Unidade Escolar III		CCA-09	450,00	
38	Diretor de Unidade Escolar II		CCA-10	350,00	
39	Diretor de Unidade Escolar I		CCA-11	250,00	
40	Secretária de Unidade Escolar II		CCA-10	350,00	
41	Secretária de Unidade Escolar I		CCA-11	250,00	
42	Coordenador de Pólo Educacional		CCA-10	350,00	
43	Inspetor Educacional		CCA-10	350,00	
44	Orientador Educacional		CCA-10	350,00	
45	Supervisor Educacional		CCA-10	350,00	

T O T A I S → → →

Observação: A remuneração dos cargos sob número de ordem 01 e 2 não estão indicado porque de acordo com a Lei Orgânica do Município, sua fixação é de competência da Câmara Municipal.

Barra do Corda, 22 de novembro de 2002.


RAIMUNDO AVELAR SAMPAIO PEIXOTO
Prefeito Municipal



LEI Nº 701
de 21 de fevereiro de 2013.

“Dispõe sobre a alteração do Art. 3º da Lei nº 026/2012, que estabelece os subsídios dos Secretários Municipais e Alteração da TABELA SALARIAL, do ANEXO II da Lei nº 021/2001, do Cargo de Procurador Geral do Município”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA, Estado do Maranhão, no uso das atribuições constitucionais de seu cargo,

FAÇO SABER, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 3º da Lei Municipal nº 026/2012 passa ter a seguinte redação: Os subsídios mensais dos Secretários Municipais de Barra do Corda, Estado do Maranhão, será de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), vedada a percepção de qualquer gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Art. 2º - Fica alterada a tabela salarial do anexo II, do artigo 21 da Lei 21/2001 inerente ao cargo de Procurador Geral do Município, referencia CCJ-1, para o valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Barra do Corda, Estado do Maranhão, em 14 de março de 2013.


WELLYK OLIVEIRA COSTA DA SILVA
PREFEITO

Ato oficial originário do PLL 007/2013, aprovado em 22 de fevereiro de 2013 e Publicado através de afixação nos quadros de avisos da Prefeitura e da Câmara de Vereadores de Barra do Corda, em: 14/03/2013, conforme determina o Art. 13, Inciso II, alínea “I” da Lei Orgânica, digitalizado e publicado no portal <http://www.barradocorda.ma.leg.br>



Município de Barra do Corda

Estado do Maranhão

LEI Nº 895, DE 4 DE JUNHO DE 2020.

“Inclui no plano de carreira e remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde os Agentes de Combate às Endemias, alterando a Lei 805 de 30 de junho de 2016”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA, Estado do Maranhão, no uso das atribuições constitucionais de seu cargo,

FAÇO SABER, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Inclui a categoria de Agente de Combate às Endemias na Lei municipal nº 805 de 30 de junho de 2016, para que o Plano de Carreira dos Agentes Comunitários de Saúde seja aplicado também aos Agentes de Combate às Endemias, de forma a atender a Lei federal nº. 11.350 de 05 de outubro de 2006 com as alterações da lei 12.994 de 17 de junho de 2014.

Art. 2º Fixa em 254 (duzentos e cinquenta e quatro) a quantidade de cargos públicos de Agente Comunitário de Saúde e 42 (quarenta e dois) a quantidade de cargos públicos de Agente de Combate às Endemias, de acordo com critério estabelecido pelo Ministério da Saúde, integrantes do quadro de pessoal permanente de provimento efetivo da administração direta deste município, vinculados à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º Inclui o **Artigo 9º - A** à Lei 805 de 30 de junho de 2016, com a seguinte redação:

“Art. 9º- A. O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor de cada ente federado.

§ 1º São consideradas atividades típicas do Agente de Combate às Endemias, em sua área geográfica de atuação:

I - desenvolvimento de ações educativas e de mobilização da comunidade relativas à prevenção e ao controle de doenças e agravos à saúde;

II - realização de ações de prevenção e controle de doenças e agravos à saúde, em interação com o Agente Comunitário de Saúde e a equipe de atenção básica;

III - identificação de casos suspeitos de doenças e agravos à saúde e encaminhamento, quando indicado, para a unidade de saúde de referência, assim como comunicação do fato à autoridade sanitária responsável;



Município de Barra do Corda

Estado do Maranhão

IV - divulgação de informações para a comunidade sobre sinais, sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e sobre medidas de prevenção individuais e coletivas;

V - realização de ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e coleta de reservatórios de doenças;

VI - cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção e controle de doenças;

VII - execução de ações de prevenção e controle de doenças, com a utilização de medidas de controle químico e biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores;

VIII - execução de ações de campo em projetos que visem a avaliar novas metodologias de intervenção para prevenção e controle de doenças;

IX - registro das informações referentes às atividades executadas, de acordo com as normas do SUS;

X - identificação e cadastramento de situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada principalmente aos fatores ambientais;

XI - mobilização da comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores.

§ 2º É considerada atividade dos Agentes de Combate às Endemias assistida por profissional de nível superior e condicionada à estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental e de atenção básica a participação:

I - no planejamento, execução e avaliação das ações de vacinação animal contra zoonoses de relevância para a saúde pública normatizadas pelo Ministério da Saúde, bem como na notificação e na investigação de eventos adversos temporalmente associados a essas vacinações;

II - na coleta de animais e no recebimento, no acondicionamento, na conservação e no transporte de espécimes ou amostras biológicas de animais, para seu encaminhamento aos laboratórios responsáveis pela identificação ou diagnóstico de zoonoses de relevância para a saúde pública no Município;

III - na necropsia de animais com diagnóstico suspeito de zoonoses de relevância para a saúde pública, auxiliando na coleta e no encaminhamento de amostras laboratoriais, ou por meio de outros procedimentos pertinentes;

IV - na investigação diagnóstica laboratorial de zoonoses de relevância para a saúde pública;



Município de Barra do Corda

Estado do Maranhão

V - na realização do planejamento, desenvolvimento e execução de ações de controle da população de animais, com vistas ao combate à propagação de zoonoses de relevância para a saúde pública, em caráter excepcional, e sob supervisão da coordenação da área de vigilância em saúde.

§ 3º O Agente de Combate às Endemias poderá participar, mediante treinamento adequado, da execução, da coordenação ou da supervisão das ações de vigilância epidemiológica e ambiental”.

Art. 4º Todas as demais disposições constantes na Lei 805 de 30 de junho de 2016 passam a ser aplicadas aos Agentes de Combate às Endemias, cuja categoria passa a integrar o plano de Carreiras dos Agentes Comunitários de Saúde a partir da promulgação da presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra do Corda-Estado do Maranhão, 4 de junho de 2020.


WELLYK OLIVEIRA COSTA DA SILVA
PREFEITO

PUBLICAÇÃO

Ato oficial originário do PLE 088 039/2020, aprovado em 2 de junho de 2020 e Publicado através de afixação nos quadros de avisos da Prefeitura e da Câmara de Vereadores de Barra do Corda, em:04/06/2020, conforme determina o Art. 13, Inciso II, alínea “i” da Lei Orgânica, digitalizado e publicado no portal <http://www.barradocorda.ma.leg.br>

DOC.DIGITADO POR: ASEVEDO, José rthamar oliveira

Rua Isaac Martins, 297- Centro
Fone (0xx99) 3643-2333/0505
Barra do Corda/Ma.
CEP 65.950-000

www.barradocorda.ma.gov.br
prefeitura@barradocorda.ma.gov.br

MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 06.769.798/0001-17



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

LEI Nº 906, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020

**ATO DE PROMULGAÇÃO Nº 6/2020
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020**

“Promulga proposição legislativa sancionada tacitamente, em virtude do silêncio de sanção ou veto, pelo Prefeito Municipal, em tempo hábil previsto no art. 44, § 1º da Lei Orgânica Municipal”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA DO CORDA, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, definidas pelo art. 27-B, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e art. 23, inciso I, alínea *h* do Regimento Interno desta Casa de Leis,

CONSIDERANDO a aprovação em 06.10.2020, pela Câmara de Vereadores, do Projeto de Lei-PLÉ nº 092 043/2020, de autoria do Poder Executivo que *“Dispõe sobre a instituição do Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos Servidores pertencentes ao quadro da Secretaria de Saúde do pessoal Permanente da Prefeitura de Barra do Corda”.*

CONSIDERANDO o silêncio de sanção ou veto, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no tempo hábil previsto no art. 44, § 1º da Lei Orgânica Municipal, no que concerne a aludida proposição legislativa;

RESOLVE:

Art. 1º PROMULGAR a Lei nº 906 oriunda do projeto de Lei nº PLE nº 092 043/2020, de autoria do Poder Executivo Municipal, cujo conteúdo faz parte integrante do presente ato de promulgação.

Art. 2º Publique-se e registre-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Câmara de Vereadores de Barra do Corda/MA, 15 de dezembro de 2020.

Gilvan José Oliveira Pereira
Presidente-BIÊNIO 2019/2020

**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA DO CORDA
ESTADO DO MARANHÃO**

PUBLICAÇÃO

Ato oficial Publicado através de afixação nos quadros de avisos da Câmara de Vereadores de Barra do Corda, em: 15/12/2020, conforme determina o Art. 13, Inciso II, alínea “f” da Lei Orgânica, digitalizado e publicado no portal <http://www.barradocorda.ma.leg.br>

José Ribamar Oliveira Azevedo
DIRETOR DE SECRETARIA



Município de Barra do Corda

Estado do Maranhão

LEI Nº 906, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020.

“Dispõe sobre a instituição do Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos servidores permanentes pertencentes ao quadro da Secretaria Municipal da Saúde”.

O PRESIDENTE DA CAMÃRA DE VEREADORES DE BARRA DO CORDA, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

FAÇO SABER, que nos termos dos §§§ 4º, 5º e 7º da Lei Orgânica Municipal, **promulgo a seguinte LEI**:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos servidores pertencentes ao Quadro da Secretaria de Saúde de Pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de Barra do Corda-MA.

Parágrafo Único. Fica extinto no âmbito do município de Barra do Corda – MA o cargo de Auxiliar de Enfermagem.

Art. 2º O Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração de que trata esta Lei, tem como diretrizes:

- I – organizar os cargos de provimento efetivo;
- II – garantir o desenvolvimento do servidor, objetivando sua valorização, a racionalização e a melhoria na qualidade dos serviços;
- III – definir uma política salarial adequada.

CAPÍTULO II

DOS CONCEITOS BÁSICOS

Art. 3º Para fins desta Lei, são considerados os seguintes conceitos básicos:

- I – carreira é o agrupamento de cargos, estruturados em classes e níveis de acordo com a natureza e a complexidade das atividades pertinentes a eles;



Município de Barra do Corda

Estado do Maranhão

II – Categoria Funcional é o conjunto de carreiras, agrupadas pela natureza das atividades e grau de conhecimento exigível para o seu desempenho;

III – Cargo Público é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades de natureza permanente cometidas a um servidor público, criado por lei, com denominação própria, quantidade certa, pagamento pelos cofres públicos e provimento de caráter efetivo;

IV – Classe é a posição do servidor no escalonamento Horizontal dentro da mesma carreira;

V – Nível é a posição do servidor no escalonamento Vertical dentro da mesma classe de uma carreira;

VI – Cargo de Provimento Efetivo é o conjunto de atribuições e responsabilidades definido de acordo com a estrutura organizacional da instituição, cuja investidura dar-se-á mediante concurso público;

VII – quadro de Pessoal é o conjunto de cargos de provimento efetivo;

VIII – promoção é a mudança do servidor de um nível para outro dentro da mesma classe;

IX – progressão é a passagem do servidor de uma classe para outra, dentro da mesmo nível ;

X – Avaliação de Desempenho é um instrumento que tem como objetivo aferir o desempenho do servidor em relação as suas atribuições e responsabilidades;

XI – Avaliação de Desempenho no modelo 180° é a modalidade de avaliação em que o chefe imediato e o servidor são avaliados simultaneamente;

XII – Posicionamento é o ajuste do servidor na classe e nível inicial de cada cargo.

XIII – Reposicionamento é o deslocamento do servidor da classe e nível inicial, considerando o tempo de serviço no cargo;

XIV – A remuneração é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes e temporárias, estabelecidas em lei específica;

XV – Vencimento ou vencimento-base é a atribuição pecuniária pelo exercício do cargo público e anuênio.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA DOS CARGOS

Art. 4º - A estrutura dos cargos de provimento efetivo, pertencentes ao Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração do quadro da saúde da Prefeitura Municipal de Barra do Corda-MA, é constituída de categorias funcionais e carreiras definidas no Anexo I.



I – Categorias Funcionais:

- a) Atividades profissionais
- b) Atividades técnicas
- c) Atividades operacionais

II – Carreiras

- a) De suporte especializado
- b) De suporte técnico
- c) De suporte operacional

Parágrafo único – A Tabela de Correlação dos cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal Permanente, as carreiras e os cargos organizados e o quantitativo de vagas dos que compõem a estrutura do Plano de Carreira, Cargos e Remuneração, constam no Anexo I.

TÍTULO III

DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Art. 5º - O desenvolvimento na carreira dos servidores integrantes dos cargos pertencentes ao Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Barra do Corda-MA, dar-se-á através dos institutos de Progressão e Promoção.

- § 1º – O servidor em estágio probatório será objeto de avaliação de desempenho específico, quando considerado estável, obterá progressão para o Nível subsequente.
- § 2º - A progressão entre os níveis para o Suporte Especializado acontecerá da seguinte forma:
 - a. nível A com diploma de graduação de ensino superior na sua respectiva área;
 - b. nível A para o Nível B dar-se-á com diploma de especialização ou pós-graduação Latu-senso;
 - c. Nível B para o Nível C dar-se-á com pós-graduação Stricto-senso (Mestrado);
 - d. Nível C para o Nível D dar-se-á com pós-graduação Stricto-senso (Doutorado).
- § 3º - A progressão entre os níveis para o Suporte Técnico acontecerá da seguinte forma:
 - a. Nível A com certificado de ensino médio e/ou técnico equivalente a carreira;



Município de Barra do Corda

Estado do Maranhão

- b. Nível A para o Nível B dar-se-á com a apresentação de cursos adicionais na área de atuação com duração entre 60 e 120 horas;
- c. Nível B para o Nível C dar-se-á com a apresentação de cursos adicionais na área de atuação com duração acima de 120 horas.
- d. Nível C para o Nível D dar-se-á com a graduação de ensino superior na sua respectiva área.

§ 4º - A progressão entre os níveis para o Suporte Operacional acontecerá da seguinte forma:

- a. Nível A com certificado de ensino fundamental;
- b. Nível A para o B dar-se-á com a apresentação de certificado de ensino médio e/ou cursos adicionais na área de atuação com duração mínima de 60 horas;
- c. Nível B para o Nível C dar-se-á com a apresentação de cursos adicionais na área de atuação acima de 120 horas.
- d. Nível C para o Nível D dar-se-á com a graduação de ensino superior na sua respectiva área.

CAPÍTULO III DA PROGRESSÃO

Art. 6º - A progressão dos servidores ocorrerá de dois em dois anos, com ressalva do período probatório que será de três anos, mediante os critérios de Avaliação de Desempenho e Tempo de Serviço.

Art. 7º - A efetivação da progressão dar-se-á sempre que o servidor completar o interstício e obtiver Avaliação de Desempenho satisfatória.

§ 1º - Caso a avaliação de desempenho não seja realizada o servidor receberá a progressão automaticamente;

Art. 8º - A variação entre as classes é única e corresponde a 5,0% (cinco por cento) de uma classe para o outra, calculado sobre vencimento base.

Art. 9º - Não fará jus à progressão o servidor:

I – Em estágio probatório;

II – em disponibilidade;

III- O servidor que teve 12 (doze) ou mais faltas em um período de 12 (doze) meses, salvo os casos previstos em lei;

IV – De licença para tratar de interesse particular;



V – Respondendo a processo administrativo disciplinar, salvo em caso de absolvição o funcionário terá sua progressão retroativa a data do protocolo;

VII – Em decorrente de decisão judicial.

SEÇÃO I

Art. 10 – O Desenvolvimento dos servidores ocupantes de cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal da Secretaria de saúde Permanente e outras normativas, inseridos no Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Barra do Corda-MA, será regulamentado pelo Estatuto do Servidor e/ou em Decreto específico.

TÍTULO I DA REMUNERAÇÃO, VANTAGENS E ADICIONAIS

Art. 11 – A remuneração dos servidores que integram o Quadro de Pessoal da Prefeitura de Barra do Corda-MA é composta:

I – Vencimento base;

II – Adicional noturno;

III – Periculosidade;

IV – Insalubridade;

V – Gratificação de serviço extraordinário;

VI – Anuênio;

VII – Adicional de qualificação;

VIII – Adicional por localidade de trabalho;

IX – Gratificação de deslocamento.

§ 1º A Tabela de Vencimento Base dos integrantes dos cargos efetivos de que trata esta Lei é a estabelecida no Anexo II ;

§ 2º O Adicional noturno é a remuneração com acréscimo de 25% (vinte por cento), no valor da hora trabalhada, sobre a hora diurna quando o serviço ocorrer entre as 22h00 as 05h00.

§ 3º Periculosidade calculada sobre o vencimento base e anuênio no percentual de 30% pelo exercício de atividades classificadas como perigosas.

§ 4º Insalubridade calculada sobre o vencimento base e anuênio pelo exercício de atividades sob condições adversas, insalubres com percentuais estabelecidos em Lei, 10% (dez por cento). 20%(vinte por cento) e e 40% (Quarenta por cento), conforme laudo técnico;



Município de Barra do Corda

Estado do Maranhão

- § 5º Gratificação por serviço extraordinário, caso de necessidade de trabalhos ultrapassarem a jornada de trabalho o servidor terá direito ao pagamento de horas extraordinárias no percentual de 50% a mais do valor da hora normal, podendo converter em folga a critério do servidor.
- § 6º Adicional de qualificação – fica assegurada gratificação com percentual de 10% (dez por cento), para os portadores de cursos de Atualização, Aperfeiçoamento ou Reciclagem na área em que atuem que somem carga horária mínima de 140 (cento e quarenta) horas;
- § 7º Adicional por localidade de trabalho – fica assegurado para os servidores da secretaria de saúde uma gratificação quando lotado na Atenção Básica que será de 5% (cinco por cento) e quando lotado em Hospitais/SAMU/UPA/HMI acréscimo de 10 % (dez por cento) sobre o vencimento base.
- § 8º Gratificação de deslocamento – calculada sobre o vencimento base , para locomoção/deslocamento do ocupante do Quadro de Pessoal Permanente do Município de Barra do Corda-MA, sem que resulte em fixação de nova residência no local de trabalho para que fora designado na ordem a seguir:
- De 05 a 10 quilômetros 25% (vinte e cinco por cento);
 - De 10,1 a 20 quilômetros 30% (trinta por cento);
 - De 20,1 a 30 quilômetros 35% (trinta e cinco por cento);
 - Mais de 30 quilômetros 40% (quarenta por cento).
- § 9º Em se tratando do disposto na alínea a, do parágrafo anterior deste artigo, ficara fixado como referência para o deslocamento do funcionário que mora na sede de Barra do Corda a Praça Melo Uchôa – Centro, como ponto de partida. Porém os funcionários que moram na zona rural ficarão fixadas a sua residência como ponto referencial.

Art. 12. Ficam instituídos os pré-requisitos para a promoção destinada aos servidores em razão de ações de treinamento, títulos, diplomas ou certificados de cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado, em sentido amplo ou restrito em áreas de interesse da Administração.

§ 1º A promoção de que trata este artigo não será concedido quando o curso constituir requisito para ingresso no cargo.

§ 2º - Para efeito do disposto no caput deste artigo, serão considerados somente os cursos e as instituições de ensino reconhecido e/ou autorizados pelo Ministério da Educação, na forma da legislação vigente.



Município de Barra do Corda

Estado do Maranhão

§ 3º - Os cursos de pós-graduação lato sensu, somente serão aceitos com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.

§ 4º - Os pedidos de promoção de nível serão implantados a partir do mês da referida solicitação, com data limite até o dia 20 do mês em curso.

Art.13 – A promoção de nível incidirá sobre o vencimento base e anuênio do servidor, na seguinte forma:

I – 15% (quinze por cento), entre o nível A para o nível B;

II – 30% (trinta por cento) entre o nível B para o nível C;

III – 45% (quarenta e cinco por cento), entre o nível C para o nível D;

Parágrafo único- A promoção de nível será devida a partir do mês imediato a apresentação do título, diploma ou certificado, retroativo a data do protocolo do pedido.

CAPÍTULO IV

DAS NORMAS GERAIS DE ENQUADRAMENTO

Art.14 – No processo de enquadramento serão considerados os seguintes fatores:

I – Atribuições realmente desempenhadas pelo servidor na Prefeitura Municipal de Barra do Corda; II – Nomenclatura e atribuições do cargo que ocupa;

III – Nível de vencimento dos cargos;

IV – Tempo de efetivo exercício do servidor no cargo que ocupava anteriormente à vigência desta Lei;

V – Experiência específica no cargo;

VI – Grau de escolaridade exigido para o exercício do cargo de acordo com o previsto nesta lei Lei;

VII – Habilitação legal para o exercício de profissão regulamentada.

Parágrafo único. Os servidores que não preencherem os requisitos a que se referem os incisos VI e VII deste artigo serão mantidos nos cargos que ocupam.

Art.15 – Nenhum servidor será enquadrado com base em cargo que ocupa em desvio de função ou em substituição.



Município de Barra do Corda

Estado do Maranhão

Art.16. Os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Barra do Corda serão enquadrados nos cargos previstos no Anexo I desta Lei, cujas atribuições sejam da mesma natureza, mesmo grau de dificuldade e responsabilidade dos cargos que estiverem ocupando na data de vigência desta Lei, observadas as disposições deste Capítulo.

Art. 17. Para efeitos de enquadramento cada padrão de vencimento corresponde a 2 (dois) anos de efetivo exercício.

Art. 18. Do enquadramento não poderá resultar redução de vencimento, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XI da Constituição Federal e nos casos de desvio de função.

Art. 19. O Prefeito Municipal designará Comissão de Enquadramento constituída por 6 (seis) membros, presidida pelo Secretário Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão e obrigatoriamente com a presença do representante do Sindicato da categoria. Art. 20 – Caberá à Comissão de Enquadramento:

I – Elaborar normas de enquadramento e submetê-las à aprovação do Prefeito Municipal de Barra do Corda, que poderá revisá-las;

II – Elaborar as propostas de atos coletivos de enquadramento e encaminhá-las ao Prefeito Municipal de Barra do Corda.

§ 1º - Para cumprir o disposto no inciso II deste artigo a Comissão se valerá dos assentamentos funcionais dos servidores e de informações colhidas junto às chefias dos órgãos onde estejam lotados;

§ 2º - Os atos coletivos de enquadramento serão baixados através de decreto, sob a forma de listas nominais, pelo Chefe do Executivo Municipal, até 90 (noventa) dias após a data de publicação desta Lei, de acordo com o disposto neste capítulo.

Art.21. O servidor que entender que seu enquadramento tenha sido feito em desacordo com as normas desta Lei poderá, no prazo prescricional, a contar da data de publicação das listas nominais de enquadramento, dirigir ao Prefeito Municipal petição de revisão do mesmo, devidamente fundamentada e protocolada.

§ 1 O Chefe do Executivo Municipal, após consulta à Comissão de Enquadramento a que se refere o art. 21 desta Lei, deverá decidir sobre o requerido, no prazo de 30 (trinta) dias da data de recebimento da petição, ao fim do qual será dada ao servidor ciência da decisão;



§ 2 Em caso de indeferimento do pedido, a Secretaria Municipal de Administração dará ao servidor conhecimento dos motivos do indeferimento, bem como solicitará sua assinatura no documento a ele pertinente.

§ 3 Sendo o pedido deferido, a ementa da decisão do Prefeito deverá ser publicada no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do término do prazo fixado no §1 deste artigo e os efeitos financeiros decorrentes da revisão do enquadramento serão retroativos à data de publicação das listas de enquadramento.

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22 – A implantação do Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dar-se-á, no prazo de 60 sessenta dias a contar da aprovação da lei. Posicionamento e Reposicionamento dos servidores nos cargos, classes e níveis, obedecidos os requisitos de provimento dos cargos, cujas descrições e especificações estão dispostas no Anexo II

§ 1º Os atuais servidores pertencentes ao quadro de pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de **Barra do Corda-MA** serão reposicionados levando-se em consideração a qualificação o tempo de efetivo exercício no cargo, conforme Tabela constante do Anexo II.

§ 2º Os servidores que ingressarem por meio de concurso público serão posicionados no nível e classe inicial na nova estrutura de cargos criada por esta Lei.

§ 3º - Fica instituído o mês de janeiro como data base para o reajuste anual de acordo com artigo 37, X da Constituição federal.

§ 4º- Fica instituído que após a implantação deste Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração, que a carga horaria estabelecida para todos os servidores lotados na secretaria de saúde será de 30 horas semanais.

Art. 24 O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação stricto sensu em instituição de ensino superior no País.

§1º Ato do secretário de Saúde definirá, em conformidade com a legislação vigente, os programas de capacitação e os critérios para participação em programas de pós-graduação no País, com ou sem afastamento do servidor, que serão avaliados por um comitê constituído para este fim.



Município de Barra do Corda

Estado do Maranhão

Art. 25. Caberá ao setor de Recursos Humanos a implantação, bem como a manutenção do Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração – PCCR, aprovado por esta Lei.

Art. 26. A presente Lei não se aplica aos servidores que integram os cargos pertencentes ao Quadro Suplementar da Prefeitura Municipal de **Barra do Corda-MA**.

Art. 27. As despesas decorrentes da implantação do Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração – PCCR correrão à conta do orçamento próprio da Prefeitura Municipal de Barra do Corda-MA.

Art. 28. Aos Servidores Públicos Municipais contemplados neste plano ficam assegurados o regime de previdência que lhe dê todo amparo legal, conforme artigo 40 da constituição federal de 1988.

Art. 29. Aos servidores da secretaria de saúde contemplados neste plano, ficam assegurados a observância de outras leis federais, estaduais e municipais, somente quando essas constituírem condição mais benéfica ao servidor.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se às disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDENCIA
Barra do Corda-Estado do Maranhão, 15 de novembro de 2020.


Gilvan José Oliveira Pereira
Presidente da Mesa Diretora
BIÊNIO 2019-2020



ANEXO I TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA
CARGOS	CARREIRAS	CARGOS
Médico	SUPORE ESPECIALIZADO I	Médico
Odontólogo	SUPORE ESPECIALIZADO II	Odontólogo
Assistente Social	SUPORE ESPECIALIZADO III	Assistente Social
Bioquímico		Bioquímico
Enfermeiro		Enfermeiro
Fisioterapeuta		Fisioterapeuta
Fonoaudiólogo		Fonoaudiólogo
Nutricionista		Nutricionista
Psicólogo		Psicólogo
Terapeuta ocupacional		Terapeuta ocupacional
Farmacêutico		Farmacêutico
Auxiliar de saúde Bucal	SUPORE TÉCNICO	Auxiliar de saúde Bucal
Técnico em Enfermagem		Técnico em Enfermagem
Técnico em Radiologia		Técnico em Radiologia
Técnico de segurança do trabalho		Técnico de segurança do trabalho
Técnico em Enfermagem		Técnico em Enfermagem
Maqueiro	SUPORE OPERACIONAL	Maqueiro



Município de Barra do Corda
Estado do Maranhão

ANEXO II - QUADRO DE REFERÊNCIA DE VENCIMENTO DO PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DOS SERVIDORES DA SAÚDE
MUNICIPAIS DE BARRA DO CORDA - MARANHÃO/ ANO 2020

SUPORTE ESPECIALIZADO III																		
NÍVEL	CLASSE 01	CLASSE 02	CLASSE 03	CLASSE 04	CLASSE 05	CLASSE 06	CLASSE 07	CLASSE 08	CLASSE 09	CLASSE 10	CLASSE 11	CLASSE 12	CLASSE 13	CLASSE 14	CLASSE 15	CLASSE 16	CLASSE 17	CLASSE 18
A	R\$ 3.000,00	R\$ 3.150,00	R\$ 3.307,50	R\$ 3.472,88	R\$ 3.646,52	R\$ 3.828,84	R\$ 4.020,29	R\$ 4.221,30	R\$ 4.432,37	R\$ 4.653,98	R\$ 4.886,68	R\$ 5.131,02	R\$ 5.387,57	R\$ 5.656,95	R\$ 5.939,79	R\$ 6.236,78	R\$ 6.548,62	R\$ 6.876,05
B	R\$ 3.450,00	R\$ 3.622,50	R\$ 3.803,63	R\$ 3.993,81	R\$ 4.193,50	R\$ 4.403,17	R\$ 4.623,33	R\$ 4.854,50	R\$ 5.097,22	R\$ 5.352,08	R\$ 5.619,69	R\$ 5.900,67	R\$ 6.195,70	R\$ 6.505,49	R\$ 6.830,76	R\$ 7.172,30	R\$ 7.530,92	R\$ 7.907,46
C	R\$ 4.350,00	R\$ 4.567,50	R\$ 4.795,88	R\$ 5.035,67	R\$ 5.287,45	R\$ 5.551,82	R\$ 5.829,42	R\$ 6.120,89	R\$ 6.426,93	R\$ 6.748,28	R\$ 7.085,69	R\$ 7.439,98	R\$ 7.811,98	R\$ 8.202,57	R\$ 8.612,70	R\$ 9.043,34	R\$ 9.495,50	R\$ 9.970,28
D	R\$ 4.140,00	R\$ 4.347,00	R\$ 4.564,35	R\$ 4.792,57	R\$ 5.032,20	R\$ 5.283,81	R\$ 5.548,00	R\$ 5.825,40	R\$ 6.116,67	R\$ 6.422,50	R\$ 6.743,62	R\$ 7.080,80	R\$ 7.434,85	R\$ 7.806,59	R\$ 8.196,92	R\$ 8.606,76	R\$ 9.037,10	R\$ 9.488,96
SUPORTE TÉCNICO																		
NÍVEL	CLASSE 01	CLASSE 02	CLASSE 03	CLASSE 04	CLASSE 05	CLASSE 06	CLASSE 07	CLASSE 08	CLASSE 09	CLASSE 10	CLASSE 11	CLASSE 12	CLASSE 13	CLASSE 14	CLASSE 15	CLASSE 16	CLASSE 17	CLASSE 18
A	R\$ 1.393,33	R\$ 1.463,00	R\$ 1.536,15	R\$ 1.612,95	R\$ 1.693,60	R\$ 1.778,28	R\$ 1.867,20	R\$ 1.960,56	R\$ 2.058,58	R\$ 2.161,51	R\$ 2.269,59	R\$ 2.383,07	R\$ 2.502,22	R\$ 2.627,33	R\$ 2.758,70	R\$ 2.896,63	R\$ 3.041,46	R\$ 3.193,54
B	R\$ 1.602,33	R\$ 1.682,45	R\$ 1.766,57	R\$ 1.854,90	R\$ 1.947,64	R\$ 2.045,02	R\$ 2.147,27	R\$ 2.254,64	R\$ 2.367,37	R\$ 2.485,74	R\$ 2.610,03	R\$ 2.740,53	R\$ 2.877,55	R\$ 3.021,43	R\$ 3.172,50	R\$ 3.331,13	R\$ 3.497,68	R\$ 3.672,57

Rua Isaac Martins, 297- Centro
Fone (0xx99) 3643-2333/0505
Barra do Corda/Ma.
CEP 65.950-000

www.barradocorda.ma.gov.br
prefeitura@barradocorda.ma.gov.br

MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 06.769.798/0001-17